

ENTREVISTA

“VIRANDO A PIRÂMIDE DO AVESSO”: REPRESENTATIVIDADE E PODER NA TRAJETÓRIA DE GIORGIA PRATES

Andressa Ignácio da Silva¹
Andréa Maila Voss Kominek²

Notas introdutórias

1. Este texto apresenta uma entrevista a Giorgia Prates, vereadora da cidade de Curitiba, comunicadora, ativista e figura proeminente na luta por representatividade de mulheres negras e periféricas na política brasileira. A partir de sua trajetória pessoal e militante, Prates discute os desafios e as estratégias de enfrentamento às estruturas de poder excludentes que historicamente marginalizam corpos e vozes negras. A expressão “virar a pirâmide do avesso” sintetiza seu projeto político: uma reconfiguração profunda das hierarquias sociais, orientada pela urgência da justiça racial e pelo compromisso com as futuras gerações. Ao longo da entrevista, a vereadora enfatiza a importância da ocupação consciente dos espaços institucionais, a necessidade de ampliar a escuta e a fala entre os sujeitos historicamente silenciados. Seu relato evidencia como a presença de mulheres negras na política constitui um gesto de resistência e afirmação, além de um chamado à mobilização coletiva. A trajetória de Giorgia Prates ilustra, assim, a potência de uma atuação política enraizada na vivência, na escuta e na coletividade. Mais do que um registro biográfico, o presente texto propõe-se como contribuição ao debate sobre representatividade, poder e equidade racial, destacando o papel das experiências situadas e das subjetividades políticas na construção de alternativas ao modelo hegemônico.

2. A política institucional brasileira é marcada por uma profunda desigualdade racial e de gênero. Embora o país tenha uma população majoritariamente negra — segundo o IBGE, mais

¹ Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora do Centro Universitário Internacional (UNINTER). Membro do Núcleo de Estudos de Branquitude, Racialidade e Tecnologia Cida Bento (NEBRACI). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Contato: andressaignacio@gmail.com

² Professora Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Fundadora e coordenadora do Núcleo de Estudos de Branquitude, Racialidade e Tecnologia Cida Bento (NEBRACI). Contato: amvkominek@gmail.com

de 56% dos brasileiros se autodeclaram pretos ou pardos —, essa composição não se reflete nas estruturas de poder. Os espaços legislativos, executivos e judiciários permanecem, em sua maioria, ocupados por homens brancos, oriundos das elites econômicas e sociais. Neste contexto, a presença de mulheres negras, periféricas e LGBTQIA+ na política não apenas tensiona a ordem vigente, mas a desafia de maneira radical, propondo outras formas de ocupação do poder e de elaboração de políticas públicas. É neste cenário que se inscreve a trajetória da vereadora Giorgia Prates, entrevistada neste artigo.

3. Nascida na periferia da Zona Leste de São Paulo e atualmente vereadora em Curitiba (PR), Giorgia Prates é comunicadora, fotojornalista, ativista e uma das vozes mais expressivas na luta por representatividade, equidade racial e justiça social. Sua entrada na política institucional é resultado de uma longa trajetória de militância e engajamento nas lutas populares. Por meio da fotografia, do jornalismo independente e da atuação em movimentos sociais, Giorgia denunciou sistematicamente as violações de direitos nas periferias urbanas, retratando com sensibilidade e contundência tanto as dores quanto as potências desses territórios. Foi dessa vivência direta e comprometida que emergiu a urgência de ocupar um novo espaço de ação: a Câmara Municipal.

4. Giorgia Prates, com sua atuação marcada pela interseccionalidade — como mulher preta, periférica, lésbica e religiosa de matriz africana — oferece uma leitura afiada e profundamente situada das estruturas de poder que tentam excluir corpos como o seu. O título da entrevista — “*Virando a pirâmide do avesso*” — é uma expressão cunhada por Giorgia e sintetiza sua proposta de subversão das hierarquias sociais. Mais do que disputar espaço no topo de uma pirâmide social que historicamente opõe os mesmos corpos e vozes, seu projeto é desmontar essa estrutura, reorganizando-a com base na equidade, na justiça e no reconhecimento das múltiplas formas de existência. Como ela própria afirma, não se trata de inverter a opressão para que os oprimidos se tornem opressores, mas de construir uma nova lógica social, onde o acesso ao poder e aos direitos seja de fato coletivo, horizontal e democrático.

Andressa: Antes de tudo, gostaria de agradecer, em nome do NEBRACI³ grupo de pesquisa do qual eu faço parte e da minha orientadora, professora Andrea Kominek, por ter aceitado o

³ Núcleo de Estudos de Branquitude, Racialidade e Tecnologia Cida Bento - NEBRACI composto por pesquisadores de diversas universidades, cuja área temática de pesquisa é das relações étnico raciais, branquitude e tecnologia. Sua organização se dá pelo corpo docente e discente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade PPGTE da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

convite para participar desta entrevista para a **Revista NEP** (Núcleo de Estudos Paranaenses). É uma grande honra contar com a sua voz — tão potente e representativa — neste espaço. Assim, gostaria de perguntar como você avalia a presença e a representatividade de pessoas negras nas esferas políticas no Brasil? E quais são, na sua visão, os principais desafios enfrentados pela população negra para se inserir nesse campo? Se puder iniciar respondendo contando um pouco sobre você — quem é a Giorgia — seria ótimo.

Giorgia Prates: *Bom, eu sou o Giorgia Prates, nasci na periferia de São Paulo, me criei na Zona Leste de São Paulo — periferia mesmo — e fiz algumas faculdades: Terapia Ocupacional, também me formei em Fotografia aqui na Tuiuti, já em Curitiba. E aqui em Curitiba eu trabalhei muito como fotojornalista em vários jornais trazendo a narrativa das periferias, contando como é a periferia, falando também sobre as vitórias que existem na periferia, a vida que tem na periferia, mas também trazendo todas as denúncias referentes aos ataques aos direitos humanos — que esse sempre foi o meu foco. Até por entender, por ser uma mulher preta periférica e saber que a narrativa que é sempre contada pelas mídias grandes e hegemônicas não é, muitas vezes, a realidade das periferias, né? E que sempre apontam para o caminho de marginalizar mesmo o nosso corpo, as nossas vidas, enfim — para também perpetuar um sistema que nos oprime.*

Então, o meu trabalho como fotojornalista sempre foi esse: de mostrar e falar sobre as periferias, mas também denunciar questões que a política, em si, teria que olhar, teria que resolver, teria que buscar soluções — que, muitas vezes, são negligenciadas, né? Muitas vezes, são direitos, e que, nesse caso, as populações periféricas sofrem com a falta e o descaso. Mas não só dentro das periferias, né? Mas todas as pautas minoritárias. Vamos dizer assim... as que são chamadas de pautas identitárias, mas também a população indígena, a população LGBTQIA +, toda a população inserida nesse escopo aí das ditas minorias. Que, na verdade, não são!

E aí, então, através disso, também já dei um avanço. De não ficar só mostrando e trazendo as problemáticas, levantando as questões, mas também fazendo a cidade de Curitiba conhecer a vida nas periferias. Acabei que não dei mais conta de ficar nas ruas só denunciando e queria muito trazer respostas para as questões que eu mesma levantava. E chegou um tempo que aquilo começou a virar só dor pessoal mesmo, sabe? Porque é isso, né? Você conseguir estar num lugar em que consegue levar para outras pessoas essa narrativa, mas, ao mesmo tempo, também não ter o eco, não ter um retorno vindo desse outro lado. Então, eu pensei que talvez fosse a melhor caminhada partir para outro lugar, que fosse entrar na política mesmo, e

entender se desse outro lugar daria para realmente fazer algo para essa parcela enorme da população. Para essa não, né? Para essas parcelas da população.

Foi então que fiquei como suplente e, depois da eleição de 2020, quando o Renato⁴ foi para deputado estadual, a Dartora⁵ foi para deputada federal, e eu acabei entrando como vereadora no município. E entendendo que estávamos sendo uma pessoa negra em cada esfera desse poder político. Então, aí a trajetória começava para mim em um outro lugar, novo, né? De experiência e tudo. Os dois primeiros anos foram buscando mesmo entender como funciona esse sistema, mas também sempre atuando e encontrando as brechas para poder fazer o trabalho, para trazer todo esse debate da rua para dentro da Câmara, né? De uma forma muito precisa. E, obviamente, dentro disso, eu vou te dizer que, assim... até por sermos, somente eu aqui, o Renato no estadual e a Dartora no federal, que nós temos hoje como configuração, Curitiba e Paraná, eu posso dizer que, realmente, em relação ao número de pessoas negras no país inteiro e à presença de negras e negros na política, ainda é extremamente reduzida, comparando com a questão do número da população.

Isso é realmente uma forma de a gente pensar sobre essa questão histórica, né? Desse sistema que historicamente exclui! E que dificulta mesmo o acesso das pessoas negras nesse espaço de decisão. Os desafios vão desde a falta de financiamento para a campanha, a falta até mesmo de preparação para fazer campanha. Enfim, a gente vê assim, os outros já vêm super preparados para tudo isso. E aí a gente acaba entrando numa competição, muitas vezes desigual. Não só em questão de entendimento do que é, de como fazer, de como começar uma campanha, enfim, mas também desse lugar financeiro, que é o que mais pega mesmo nas campanhas de negros e negras. A dificuldade de acessar recursos para fazer as campanhas e, claro, que a gente sabe que tudo está posto aí nessa estrutura do racismo.

E, de toda forma, Andressa, falo para você: entre direita e esquerda, eu não vejo diferença nesse sentido. A gente sempre tem essa dificuldade de poder, como corpos negros, termos alguns direitos garantidos. Enfim, tanto direita quanto esquerda parecem realmente não querer que a gente acesse, de fato, esses espaços de poder, porque eles sabem que isso inverte uma grande parte da pirâmide. A gente tem esse interesse mesmo, e não é inverter porque temos que fazer com que os outros sintam o que nós sentimos, mas sim conseguir ter uma posição um

⁴ Renato de Almeida Freitas Junior é jurista, político e ativista, filiado ao Partido dos Trabalhadores. Atuou como vereador da cidade de Curitiba entre 2020 e 2022, quando foi eleito Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do Paraná.

⁵ Carol Dartora é professora, historiadora, sindicalista, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT). Na eleição municipal de 2020, tornou-se a primeira mulher negra a ser eleita à Câmara Municipal de Curitiba. E em 2022, a primeira mulher negra eleita Deputada Federal pelo estado do Paraná

pouco mais igualitária e de equidade mesmo. Então, acho que isso coloca a gente sempre à prova, em muitas questões, mas principalmente, constantemente à prova, e sujeita também a ataques violentos. Porque são violências que se cometem neste âmbito aí.

Então, acho que para pessoas negras, para mulheres e para periféricos mesmo, esses obstáculos são muito maiores, principalmente quando também a gente fala de um corpo que é de uma mulher preta LGBT. E aí vejo, nesse sentido, que são questões que se somam, né? Mulher, mulher preta, mulher preta periférica, lésbica, enfim, tudo se soma, e aí todas as violências vão aumentando de acordo com cada palavra que se acrescenta para identificar esse corpo. Então, de fato, acho que é isso, né? São obstáculos gigantescos e que, muitas vezes, quando conseguimos chegar nesse espaço de poder, acabamos sendo deslegitimadas, subestimadas, atacadas. E não é apenas por esses que a gente chama de adversários políticos, mas também por todo o setor da sociedade que não consegue aceitar esses corpos, como o meu, como o de Dartora, como o de Renato, ocupando esses espaços de poder. Então, essas são as lutas.

Andressa: Você já está caminhando para uma segunda pergunta que eu queria te fazer, que é: nessa sua trajetória de atuação política, que você bem falou que vem do movimento social, do movimento de denúncia, e aí ingressa nessa instituição tão engessada, tão branca, elitista, né? Enfim, eu acompanhei os eventos de ontem⁶ e desejo força e axé para você aí, porque eu sei que a coisa não é fácil. A pergunta é se você se deparou com situações explícitas de racismo, que eu imagino que sim, e como essas experiências influenciam sua trajetória, sua atuação política também, né? Além desse processo da dor individual, como isso te mobiliza na luta coletiva, né? Na sua luta enquanto representante da população negra, que também sofre essas violências em outros espaços institucionais, o que você sofre aí na Câmara, e como isso se relaciona com a sua atuação política?

Giorgia Prates: *Ah, sim, já foram inúmeras vezes! Eu acho que posso dizer para você que isso vai desde falas, racismo velado, até ataque direto mesmo. E, como a única vereadora negra em Curitiba, enfrentar a resistência é algo que tenho que fazer o tempo todo, enfim, em cada*

⁶ No dia 02 de abril de 2025 uma sessão da Tribuna Livre da Câmara Municipal de Curitiba, terminou em tumulto durante o debate sobre a resolução 258/2024 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) que estabelece um protocolo específico em caso de gravidez de criança e adolescente resultante de violência sexual, prevendo a oferta à vítima, dentre outras opções, da interrupção legal da gestação, que é garantida pela legislação no caso de estupro. Na ocasião a presença da vice-presidente do conselho, a psicóloga Marina de Pol Poniwas, inflamou vereadores de direita e manifestantes do movimento Pró-Vida, que lotaram as galerias com faixas contra o aborto.

fala, em cada momento, em cada circunstância. Até porque, assim, a gente tem uma Câmara que, na maior parte, é branca e também não está atenta ao racismo velado, né? Que a gente sabe muito bem que também pega e é o que mais tenta fazer com que a gente se silencie e o outro nos prejudique. Mas muitas vezes não, às vezes é um ataque mesmo... direto, objetivo ali, que fica gravado também, cada sessão.

Já passei por várias situações. Assim, desde estar num evento com outros parlamentares e vir o segurança me puxar pelo braço e dizer: "Ah, você não pode ficar aqui!" E achar que pode, além de tudo, me arrastar, sabe? Me levar para fora. Outro me acusou uma vez de... Estava no evento também com parlamentares, políticos, enfim, e tinha um adesivinho que era para colocar, né? Na ALEP⁷, para poder estar no espaço dos parlamentares. E eu passei pela porta, peguei o adesivo, marquei minha entrada e, quando estou lá dentro, o rapaz vem e diz que me viu pulando a cordinha que separava a população dos políticos ali, sabe? E ele falou: "Não, eu vi você pulando a cordinha" e queria me arrastar de dentro dali também. Enfim, várias e várias situações. Também dentro do espaço político, há várias situações.

Até no meu trabalho mesmo, para fiscalizar, por exemplo — eu entrei numa UPA para fazer um trabalho e, lógico, me apresento ali muito tranquilamente: "Sou vereadora, vim fazer a fiscalização do posto de saúde", até por demandas e denúncias que recebo e tal. E aí, uma vez, a funcionária foi chamar a responsável pela UPA naquele momento, quando ela voltou, a responsável falou: "Quem que é a moça?" — ela não dizia "a vereadora", né? E eu falei: "A vereadora sou eu!". E aí, na hora que eu ia explicar para ela de novo o contexto, que eu já havia explicado para a funcionária anterior — que fui lá para fazer a fiscalização e tal —, ela disse: "Olha, eu vou pedir para a senhora se retirar, senão vou pedir para o segurança vir aqui arrastar a senhora para fora". Daí, tipo, sabe assim... impressionante a maneira como as pessoas olham e falam, ou seja, uma tranquilidade muito grande. E aí eu fui tentando explicar, e ela dizendo que não, e ela só mudava o verbo... arrastar, levar, jogar, empurrar para fora. Ela não mudava o teor da conversa e não me ouvia. E aí eu falei: "Olha, eu vou te dar mais uma última chance, de verdade: entra ali, liga para o seu superior e pergunta para ele como é que você deve se portar quando tiver um vereador aqui para fazer uma fiscalização." E aí ela foi, ligou e voltou dizendo: "Olha, eu vou pedir milhões de desculpas."

Óbvio que eu fui e conversei com a secretária de saúde. Porque eu fui para aquele posto de saúde, para aquela UPA⁸, por conta de uma denúncia de racismo, sabe? Então, para mim, foi

⁷ Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

⁸ Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) faz parte da Rede de Atenção às Urgências do Sistema Único de Saúde.

provado ali na entrada que era justamente sobre isso mesmo. E, mesmo nesse lugar de vereadora, que está ali para fiscalizar aquele trabalho, você tem um tipo de tratamento qualquer e não é respeitado. E o respeito que se deve a quem está fazendo o seu trabalho, que está ali também executando uma fiscalização? Enfim, esse lugar não é... e é visual! Ou seja, a pessoa não ouvia nada do que eu dizia. Ela olhou para mim, viu uma pessoa preta e acabou. E ela achou que podia me tratar e falar comigo de qualquer jeito. E, para mim, ficou ainda mais comprovado que aquela UPA precisava — não só ela — de uma grande atenção minha, de uma atuação mesmo em relação à fiscalização do racismo ali dentro.

Mas é isso, assim... várias situações que eu já passei. Até para gente conseguir aprovar projetos essenciais para a população negra, como o CREAFCRO⁹ e a Lei Vini Jr¹⁰., né? Já tive muitas ameaças de morte também, perseguição... o que demonstra, na verdade, que é isso: esse espaço da política é — e acho que ainda vai demorar para deixar de ser — um espaço extremamente hostil para nós. Ali no plenário também... como eu falei, eu vejo vários discursos racistas sendo referidos sem qualquer tipo de pudor. E, mesmo ficando gravado, não vejo ninguém enfrentar essa situação de outra forma, assim, com alguma postura antirracista, enfim. E aí fico eu ali, tentando debater sobre o fato daquilo ser racismo — e ainda tenho que ficar ouvindo, na sessão seguinte, todos eles me atacando de novo por ter dito que aquilo era racismo. Então, assim, é bastante complicado!

Foi até um episódio que aconteceu agora, por último, em que o vereador teve uma fala racista. E aí eu pontuei que havia sido, que a fala dele foi extremamente preconceituosa, querendo dizer onde uma mulher negra podia estar ou não. Porque ele disse assim: “Até a vereadora Giorgia conseguiu uma agenda com o secretário e eu não!” E aí eu questionei: “Tá, mas por que esse ‘até a vereadora Giorgia conseguiu’? Eu exerço meu trabalho, faço meu trabalho muito bem, por isso talvez eu tenha conseguido [a agenda], porque eu fui levar proposta, fui levar solução para problemas. Então eu não entendi o seu ‘até’... ou o senhor acha que pode dizer onde uma mulher preta pode entrar ou não?” Até porque esse “até” diminui a luta — e a gente sabe disso. Mas para quem ouviu o “até”, não achou muita coisa, sabe? Na sessão seguinte foi um ataque de todos eles, dizendo que é tudo mimimi, que se aumenta, que não são

⁹ Centro de Referência Afro Enedina Alves Marques localizado na cidade de Curitiba cuja proposta de criação foi apresentada na Câmara Municipal pela vereadora Giorgia Prates. O serviço é destinado a acolher e atender pessoas negras vítimas de racismo, intolerância religiosa e xenofobia. Além de atendimento psicológico e jurídico, o Centro oferecerá atividades comunitárias como grupos de discussão, palestras e capacitações sobre a temática racial.

¹⁰ Política Municipal Vini Jr. de Combate ao Racismo no Esporte - Lei 16.267/2023 da qual a vereadora Giorgia Prates é co-autora. A referida lei prevê a realização de campanhas educativas nos intervalos dos jogos, afixação de cartazes e divulgação de alarmes sonoros com o alerta das punições a atos racistas, além da preparação para o recebimento das denúncias, interrupção e encerramento das partidas em casos de racismo.

vereadores racistas. Por que, então, fazer esse tipo de comparação? Você tem trinta e oito vereadores, mas “até” a vereadora Giorgia foi recebida e eu não? Você como homem branco falando isso. Enfim, vários ataques desse tipo, e é complicado enfrentar essas situações, exige mesmo, além de muita coragem, como todo mundo fala, estratégia também.

Eu uso cada ataque, na verdade, como um combustível mesmo para poder reforçar essa minha atuação. Eu não me calo, não recuo, muito pelo contrário, eu transformo tudo isso em experiência política, mas também faço com que tudo isso se torne políticas públicas concretas para proteger a nossa população e garantir que mais negros e negras tenham espaço de dignidade. Então, assim, eu tenho conseguido fazer, Andressa, de verdade, essas políticas efetivas mesmo para cidade, sabe?

Hoje a gente tem a possibilidade — e estamos fazendo já — o Parque África, que é a gente colocar o povo negro no mapa dessa cidade. Para a população afro-empreendedora, o espaço para poder colocar realmente, efetivamente, o seu trabalho para jogo na cidade, poder atuar na cidade, ganhar o seu pão. A gente tem hoje o CREAFCRO, que é um espaço que cuida da população negra, tanto na questão jurídica como psicológica, e é um espaço físico que a pessoa pode procurar apoio quando ela precisar. Tem a Lei Vini Júnior também, que é contra o racismo no esporte, e tô andando em todas as modalidades esportivas para falar sobre isso e exigir que a lei seja cumprida.

Então, assim, nesses dois anos já foi possível fazer bastante coisa, mas através disso, sabe? Muitas vezes até ouvindo, entendendo o momento, enfim, tendo estratégia para poder atuar e fazer políticas públicas. Porque, de fato, Andressa, assim, ficar batendo e falando o quanto de racismo eu sofro não vai adiantar muita coisa, né? Eles vão continuar fazendo do mesmo jeito. De novo, o corpo negro que entra nesse espaço vai sofrer retaliação. E é isso que a gente leva para a população? E não é que isso não aconteça, acontece o tempo todo. Mas, se eu ficar falando sobre isso o tempo todo, qual é a política efetiva que eu faço? E aí, eu diria para você, assim, que politicamente e pessoalmente, eu poderia ganhar muito, porque todo mundo viraria os olhos para isso. Mas, assim, o que de fato aqueles que estão esperando que eu consiga fazer alguma coisa conseguiram ganhar? Ganhar — não é ganhar financeiramente, né? — mas, assim, ter uma resposta efetiva no meu trabalho aqui dentro? Então é isso. Por mais que as pessoas saibam, obviamente, sendo eu uma mulher negra, sapatinha, o que significa estar aqui dentro, eu tento mostrar mesmo que é isso: a gente tem políticas e estamos efetivando elas também. Porque é isso que a gente precisa de fato.

Andressa: Você já abordou um pouco, falando dessas vitórias que você conquistou para população negra de Curitiba através do seu trabalho. Mas eu queria que você falasse um pouco mais sobre isso. Qual seria aquele sonho — num mundo ideal — de políticas que você gostaria de aprovar no seu mandato? Porque você já teve muitas vitórias num curto período de tempo, com projetos que eu acompanhei, eu te sigo nas redes sociais, vejo seu trabalho, muito, muito embate na Câmara... esse momento em que você também entende melhor a máquina da política por dentro: quais você considera que seriam políticas essenciais que você gostaria de propor — ou que você desejaria que existissem — mesmo que a gente não saiba se vai ser aprovado diante da conjuntura, mas que poderiam realmente ajudar a promover a equidade racial aqui na cidade de Curitiba?

Giorgia: *A nossa população... Eu demorei muito tempo para encontrar ela quando cheguei aqui, sabe? A população negra mesmo e tudo mais. E fui entendendo também que Curitiba, geograficamente, coloca a população mais vulnerável, mais pobre mesmo, à margem — geograficamente falando, e não só, né? Politicamente também. Então, eu demorei um pouco para encontrar. E quando encontro, a maior parte não tem casa, não tem moradia. Não tem! Eu, desde sempre, bato nessa tecla. Já atuei muito dentro das ocupações, contando, falando, mostrando, enfim... E esse lugar, hoje, dentro da Câmara, para mim, é uma luta que eu travo mesmo. Eu brigo, eu quero saber, eu quero entender: por que que a gente tem tantos espaços que não estão regularizados com tanta gente morando? Tem lugar com pessoas vivendo ali há trinta anos, sabe? Mas não têm o documento, não têm a regularização, não têm aquele espaço como o seu. Não podem melhorar a casa, porque nunca sabem se amanhã ou depois vão ser tiradas dali. E nisso vão se passando anos... e a pessoa segue morando de forma precária. A política de moradia no município é uma coisa que gostaríamos de resolver e ver resolvida. A gente tem, por exemplo, a COHAB¹¹, que não é uma secretaria dentro da estrutura da prefeitura, mas é uma empresa fora e a prefeitura acaba sendo uma sócia majoritária. E a gente tem todo um trabalho para entender o que acontece, na verdade, sabe, Andressa? Eu faço mapeamento de todas as regiões, trabalho muito com essa questão de entender cada espaço, porque não dá para falar nas ocupações como um todo, cada uma tem a sua particularidade. Então, eu tenho estudado, atuado muito para entender cada espaço e lutado para poder buscar regularizações fundiárias de todas elas. Mas aí a gente falha em alguns momentos, a gente não tem muita informação de muitos bairros. Eu tenho um projeto, por*

¹¹ Companhia de Habitação Popular de Curitiba (Cohab) é uma sociedade de economia mista criada em maio de 1965, que tem como acionista majoritária a Prefeitura de Curitiba. É responsável pela execução da política habitacional do município de Curitiba.

exemplo, que é de transparência da COHAB, porque não há transparência da COHAB. A gente não tem transparência do dinheiro gasto público, a gente não tem entendimento real dessa fila que todo mundo tanto fala, o aluguel social, políticas paliativas que surgem, que agora apoiam um pouco, mas não é uma política definitiva, não é uma política que salva essas pessoas da situação que vivem.

Acho que se falar para você uma política que eu gostaria muito de ver realizada, é a política de moradia no município, que ajudaria todo mundo, né? Ajudaria as crianças a poder atuar, estar dentro das escolas, a gente ter, pessoas com dignidade, com endereço, com CEP, para poder buscar trabalho, para poder melhorar suas vidas, colocar o pão de cada dia na mesa. Então, eu sempre falo, quem não tem moradia não tem nada, não tem possibilidade de ter trabalho, não tem possibilidade de botar o filho na escola, de deixar a criança na creche. A gente vê muita dificuldade a partir disso, é o básico da vida. Então, essa é uma política que eu gostaria muito de realizar. Eu, na Câmara, Andressa, tenho lutado muito! E tô, e vou continuar, porque a política de moradia é uma política extremamente importante para mim.

Lembrando sempre que a população negra é a maior parte desses espaços, né? Então essa política também vai trazer um pouco mais de dignidade pro nosso povo. E a partir disso, resolvendo outras tantas coisas, né, Andressa, porque desde que eu entrei aqui como vereadora, eu te falo o número absurdo que eu recebo de denúncia, você sabe, de racismo nas escolas contra as nossas crianças. Então, sempre paralelo a isso, eu tô trabalhando e atuando também nos espaços onde tem a comunidade e nas ocupações.

Tô trabalhando para entender como é que as escolas ao entorno [das ocupações] tratam também as nossas crianças. E uma coisa nunca vai estar separada da outra. Então, eu sempre tento atuar em rede nas problemáticas que eu tenho e encontrar todas as soluções. Assim, vou lá na escola, converso, dialogo com os pais e mães, coloco que a gente tem leis, enfim, que muitas vezes nem isso chega, Andressa. Nem o mínimo, né, de entender que de fato tem direito, que preservam, que cuidam, sabe? Enfim, é isso. Eu acho que essa seria uma política que, para mim, seria a realização de todos os sonhos da minha vida: ter energia para todo mundo, todo mundo poder viver com dignidade.

Andressa: Que legal, que legal. Para finalizar, minha última pergunta, e depois eu queria deixar um tempo livre para você, para algo que você considere importante. Eu queria saber se você acredita que a eleição de pessoas negras pode ajudar a transformar a estrutura de poder no Brasil e quais as estratégias que você utiliza ou pretende utilizar para fortalecer a presença de pessoas negras na política. Então, se você acredita que a sua presença, a presença de pessoas negras,

ajuda a mudar a estrutura de poder no Brasil — e como você contribui para fortalecer, para ter mais pessoas negras no campo da política?

Giorgia: *Acredito muito, com total certeza! Hoje eu faço parte desse grupo, de um coletivo chamado Mulheres Negras Decidem¹². O Mulheres Negras Decidem tem atuado fortemente justamente nessa pauta de trazer mais mulheres negras para a política — mas não só trazer, a gente conseguir manter essas mulheres negras também atuantes, mesmo passando por todos esses dissabores que acabam tendo em função do racismo estrutural dentro da política. A gente fala de violência política de gênero, mas para gente ela tem um recorte muito mais cruel! E aí o Mulheres Negras Decidem atua muito em cima disso, para ajudar essas mulheres a produzir também dentro da política. Porque é um espaço, a gente sabe, dominado por homens brancos da elite — e essa presença das mulheres negras, principalmente, incomoda. A pessoa preta incomoda justamente porque ameaça toda essa estrutura. E aí, quando a gente ocupa esse cargo de poder, é importante que a gente não esteja lá sozinha, sabe?*

O Mulheres Negras Decidem tem colocado muito isso. Porque, querendo ou não também, Andressa — e eu falei um pouco antes — de como a gente acaba tendo também da população essa expectativa do quanto essa pessoa vai sofrer lá dentro. E algumas figuras políticas até fazem um pouco da campanha de si mesmas sobre isso, mas, por outro lado, isso também é uma violência política de gênero, ou uma violência política contra nossos corpos ali, porque você está o tempo todo esperando essa violência, entendeu? E, quando esse foco na violência não vem, você às vezes não para, para perceber o trabalho que está sendo feito, porque a pessoa não está mostrando toda a violência, não está sendo violentada, não está falando da violência e desse açoitamento que as pessoas sempre esperam dos corpos negros.

Eu acho que, quando a gente tem essa estrutura para ocupar esse espaço — e a gente não está lá sozinha, sente que não está — a gente consegue carregar essa luta de um povo também de uma maneira mais forte e fazer com que a luta do povo chegue lá dentro. E por isso, eu acho que, no meu caso, é por isso que tantos tentam me silenciar através dessas ameaças de morte, enfim, de várias perseguições que eu acabo sofrendo. E, obviamente, uma coisa que me bate

¹² Coletivo presente em 19 estados, com preponderância na região Sudeste em processo de expansão para os demais estados brasileiros. Atua qualificando e promovendo a agenda liderada por mulheres negras na política institucional, fortalecendo a democracia brasileira, usando como estratégia para a superação da falta dessa representatividade nas instâncias de poder a formação política e o reposicionamento de temas na agenda pública e pesquisas centradas em dados.

muito — e vou rapidamente fazer esse parêntese — é sobre a Marielle¹³. Porque a Marielle estava fazendo, a Marielle estava trabalhando, a Marielle estava atuando. A Marielle não estava dizendo para todo mundo: “Como eu estou sofrendo, como a pessoa me persegue”. A Marielle estava ali, trabalhando, entendeu? E aí, quando foi ver: cadê a Marielle? Porque algumas pessoas estavam prestando atenção e a gente não estava.

Eu acho que esse [cargo de vereadora] é um lugar que me dá muita atenção. A gente tem que pensar — óbvio que as mulheres sempre falam — esse lugar não salvou ninguém. A gente tem que falar sobre perseguições, temos sim. Mas talvez também se atentar que, quanto mais a gente produz, mais eles tentam nos silenciar, porque também temem que essa mudança efetivamente aconteça. E aí, para gente fortalecer a gente mesmo, a gente tem que ter mais presenças negras mesmo dentro da política. Não tem outra forma, né? Então, é fundamental mesmo que a gente consiga garantir toda a formação política para a juventude, para que ela já venha preparada, que já venha pronta para ocupar esse espaço também, sem ser violentada, sem ser vilipendiada nesse sentido.

A gente tem que investir muito, sim, em candidaturas negras e criar, obviamente, redes de apoio, que são extremamente importantes. E é isso que o Mulheres Negras Decidem tem feito muito bem. Então, defendo, obviamente, também essa ampliação do financiamento público para todas as candidaturas negras, mulheres negras principalmente, né? E acho que é isso! Porque a falta de recurso, como eu falei, é um dos maiores entraves para a nossa eleição, para a gente conseguir chegar lá. E a cada campanha você vai vendo, Andressa, como é difícil mesmo. Às vezes, uma pessoa negra que tem concorrido, que tem participado, que tem uma boa possibilidade de chegar lá, acaba recebendo uma verba de campanha menor do que um cara branco que acabou de surgir, que, do nada, já é apadrinhado. Enfim, recebe um financiamento muito maior pelo partido e ainda tem vários outros padrinhos que aumentam muito mais a verba de campanha.

Aí, como é que eu vou competir com esses caras? Como é que vamos? Não vamos! Ou vamos também, mas na raça, na raçuda mesmo, com o apoio das periferias, que é o que nos acontece sempre, né? Mas acho que é isso, acho que a gente tem que buscar mais recursos mesmo e brigar por eles, e brigar também para que a gente tenha mais espaço das mulheres dentro das câmaras e garantias por lei também. Aliás, nós do Mulheres Negras Decidem, junto com vários outros coletivos de mulheres, estamos lutando agora para que a gente tenha, no país inteiro,

¹³Marielle Franco, socióloga, ativista e política filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) eleita vereadora do Rio de Janeiro para a Legislatura 2017-2020. Foi assassinada em 2018 a tiros junto de seu motorista, Anderson Pedro Mathias Gomes.

todos os municípios com 50-50: 50% para homens, 50% para mulheres, e que isso seja modificado na legislação eleitoral, para que a gente consiga transformar essas violências políticas em espaços cada vez menores através do 50-50, né?

Mas eu acho que é isso, eu acho que além disso também busca abrir portas para que mais negros e negras possam participar da política, entender esses espaços aqui e sempre apoiando também, principalmente nas lideranças comunitárias, que hoje a maior parte das nossas periferias são as mulheres mesmo, e pautando também projetos que ampliem essa nossa representatividade, né? E acho que é isso, acho que o poder precisa mudar de mãos para que a gente possa de verdade fazer com que essa sociedade mude. Acho que é essa caminhada que tenho dado.

Andressa: Giorgia, querida, você arrasou! Tem muito conteúdo para a nossa entrevista. Eu queria deixar um espaço caso você queira falar algo a mais, algo que você sinta que é importante colocar nessa entrevista, seja sobre racismo e política, sobre você, sobre a sua caminhada. Fica à vontade.

Giorgia: *Eu acho que eu sempre tenho batido muito, Andressa, porque essa é a minha visão de mundo, sabe? Acho que o racismo, a gente sabe que ele é estrutural, a gente sabe que ele está posto para nós mesmos, enfim, e essa mudança não vai acontecer só a gente o tempo todo falando quanto é, como é, mas vendo também que, meu, a gente está produzindo muito, a gente está fazendo muito. A gente sempre perdeu na história porque eles contam a narrativa, sabe? A gente tem, por exemplo, várias pessoas importantíssimas que passaram pelo mundo que deixaram a contribuição para o mundo ter modificado, ter mudado, e sempre colocam isso nas pessoas brancas, porque a gente não fala sobre os nossos feitos, a gente não olha muito para os nossos feitos, então, a gente tem o rapaz que descobriu a cirurgia do coração¹⁴, a outra que inventou o negócio de GPS¹⁵. Enfim, a gente tem muitas pessoas que trouxeram essa mudança para o mundo, e se a gente não falar disso também, a gente sempre vai ficar nesse lugar e não estou falando que é mimimi, não estou falando que não devemos. Mas não esperar também que o mundo nos olhe diferente se a gente também não conseguir se olhar dessa forma [positiva]. Acho que a gente tem que se apoiar, apoiar mais também as pessoas que estão na política hoje, ver, falar, e comentar e trazer mais os feitos delas para fora, colocar, dividir isso para o mundo.*

¹⁴ Referência a Daniel Hale Williams cirurgião afro-americano que, em 1893, realizou a primeira cirurgia bem-sucedida e documentada de peito aberto, para reparar uma ferida no pericárdio

¹⁵ Referência a Gladys Mae West a matemática e programadora de computadores afro-americana responsável pela criação do sistema de posicionamento global.

Porque senão a gente sempre vai achar que o outro faz mais do que a gente, né? E não é verdade, a gente produz muito, a gente faz muita coisa, e a gente está correndo atrás há muito tempo, só que a gente precisa chegar lá, a gente precisa parar de achar que temos que continuar correndo, mostrar que já chegamos, que estamos, que estamos ocupando, que vamos ocupar cada vez mais. E a gente consegue, sim, virar essa pirâmide do avesso, e a gente precisa fazer isso urgentemente. Acho que é isso. Tem muitas crianças que dependem de nós, sabe? Todas as nossas crianças pretas dependem da gente.

Andressa: Giorgia, é um prazer, uma honra poder ajudar a botar ainda mais esse seu trabalho no mundo e registrar sua experiência como parlamentar, como vereadora, como mulher preta sapatão periférica que está aí fazendo [...]

Giorgia: *E macumbeira!*

Andressa: E macumbeira, é verdade! Só com muito axé para se manter nesse lugar! Eu queria te dizer da minha gratidão e da honra de ouvir, de saber um pouco mais de você, dessa história, dessa caminhada, das suas percepções. Agradeço muito pelo seu tempo, que eu sei que é super corrido, pela disponibilidade de falar comigo e conceder essa entrevista.

Giorgia: *Muito obrigada! Te agradeço também. Acho que é um trabalho importantíssimo — falei para as meninas [assessoras] aqui agora — é super importante, porque ainda somos poucos, né? E a gente tem que falar, para que cada vez mais a gente sinta que pode chegar, e as outras pessoas saibam disso também. E que a gente consiga falar sobre a gente também — isso é muito importante. Então te agradeço, Andressa. Conta comigo.*

Notas complementares

1. A entrevista percorreu diversos momentos da vida e atuação política de Giorgia, revelando as múltiplas violências que marcam sua presença nos espaços institucionais. Entre racismo explícito, deslegitimização, violência política de gênero e ataques à sua identidade, Giorgia relata episódios que demonstram como o Estado — mesmo em sua face democrática — ainda opera sob estruturas de exclusão e silenciamento. Ao mesmo tempo, sua fala evidencia uma resistência estratégica e profundamente coletiva: ela transforma cada ataque em combustível

para a produção de políticas públicas concretas, que atendam às populações historicamente marginalizadas.

2. Ao longo do diálogo, destaca-se a atuação de Giorgia na criação e implementação de políticas como o CREAfro (Centro de Referência Afro Enedina Alves Marques), voltado ao acolhimento de pessoas negras vítimas de racismo e intolerância religiosa; a Lei Vini Jr., que combate o racismo no esporte; e o projeto do Parque África, que valoriza o empreendedorismo negro e busca inserir a população afrodescendente no mapa simbólico e econômico da cidade. Essas conquistas demonstram que, mesmo enfrentando resistências cotidianas, é possível — e urgente — produzir transformação a partir de uma presença política negra afirmativa.

3. Outro ponto central da entrevista é a defesa da moradia como direito fundamental. Giorgia denuncia a exclusão geográfica e social das populações negras em Curitiba, onde grande parte vive em ocupações precárias e sem acesso a serviços básicos. A luta por regularização fundiária, transparência na gestão da habitação e políticas habitacionais efetivas aparece como um dos eixos prioritários de seu mandato. Essa dimensão territorial da exclusão racial revela o entrelaçamento entre racismo estrutural e políticas urbanas, apontando para a necessidade de políticas intersetoriais que deem conta da complexidade das desigualdades brasileiras.

4. Giorgia também compartilha sua participação no coletivo *Mulheres Negras Decidem*, uma articulação nacional que atua na formação, apoio e fortalecimento de mulheres negras na política. Para ela, não basta eleger mulheres negras: é preciso garantir que elas permaneçam, resistam e produzam, mesmo em um ambiente institucional hostil. A entrevista destaca, ainda, a importância das redes de apoio, do financiamento público equitativo e da mudança na legislação eleitoral como estratégias fundamentais para ampliar a presença negra nos espaços de decisão.

5. Mais do que uma entrevista biográfica, a fala de Giorgia Prates convida o leitor a refletir sobre os limites da democracia representativa no Brasil e sobre as possibilidades de reconfiguração desse modelo a partir da presença ativa, crítica e propositiva de corpos historicamente silenciados. Ao mesmo tempo, sua trajetória inspira novas gerações a acreditarem na possibilidade de transformação — não apenas simbólica, mas concreta — das estruturas de poder.

6. Com um discurso que alia ação e estratégia, Giorgia afirma: “não me calo, não recuo, transformo tudo isso em políticas públicas concretas”. Sua atuação rompe com a lógica de que a política é monopólio de poucos e propõe um fazer político enraizado na experiência coletiva, no território e na dignidade. Neste sentido, a entrevista reafirma o papel central da representatividade não como fim em si mesma, mas como meio para a reconstrução do tecido social brasileiro, corroído por séculos de desigualdade racial, de gênero e de classe.

7. Ao registrar essa trajetória, este artigo busca oferecer uma contribuição ao debate sobre raça, poder e democracia, lançando luz sobre o que significa, na prática, virar a pirâmide do avesso — um gesto que, mais do que simbólico, é profundamente político, coletivo e urgente.

Recebido em: 2 maio 2025.

Aceito em: 18 maio 2025.